

SÃO PAULO, METRÓPOLE INTERNACIONAL DO TERCEIRO MUNDO

Milton Santos^(*)
(julho de 1990)

A relação entre a internacionalização e as cidades ganha uma nova dimensão com o processo de globalização por que passam, hoje, todos os continentes. Pelos objetos em que se apoia e pelas relações que cria, a nova divisão internacional do trabalho leva a uma verdadeira mundialização dos lugares. Destes, alguns são lugares complexos, as metrópoles, dentre as quais se destacam metrópoles globais. Grandes cidades do Terceiro Mundo, cada vez mais numerosas, incluem-se nessa família, ostentando, porém, em cada caso, características particulares.

Sob certos aspectos, Rio de Janeiro e Brasília podem, também, ser consideradas cidades mundiais, sobretudo a primeira. Todavia, é São Paulo que merece com mais razão esse adjetivo, após haver concorrido vantajosamente com o Rio de Janeiro, neste meio século, para obter uma situação de primazia hoje incontestável, graças à sua produção material e intelectual. Dela pode-se dizer que é uma metrópole onipresente em todo o território nacional, sendo, também o lugar em que são mais fortes e significativas as relações internacionais.

1 - O Terceiro Mundo e os Lugares Mundiais

A nova divisão internacional do trabalho tem, entre os necessários suportes dos seus atores hegemônicos, a necessidade de artificializar ainda mais o meio de vida e de trabalho, assim como a própria vida. Uma tecnosfera – natureza tecnicizada com base científica – e uma psicosfera – também artificializada – aparecem como condições sem as quais o presente momento histórico não se afirmaria. Os novos sistemas de objetos respondem, como dados infraestruturais, às novas necessidades do processo direto da produção. A conformação das mentes, para a aceitação das novas condições de existência, a começar pela imersão no consumo, é um dado supra-estrutural essencial.

Por isso, o tema das relações entre a internacionalização e as cidades ganha uma nova dimensão com o processo de globalização por que passam, hoje, todos os continentes. Pelos objetos em que se apoia e pelas relações que cria, a nova divisão do trabalho leva a uma verdadeira mundialização dos lugares. Esses lugares, mais do que antes, têm um ar de família, pela sua materialidade e pelas relações que permitem. A unidade das técnicas que presidem à instalação dos novos objetos se dá ao nível mundial, assim como a unidade das relações que os animam. Unicidade técnica e unidade do motor são o grande dado inovador de nossa época e que assegura a passagem de uma situação de mera internacionalização a uma situação de globalização (Santos, 1985) para cuja efetivação a operação das multinacionais contribui largamente¹.

(*) Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP

(1) A participação de empresas de capital estrangeiro na indústria brasileira pode ser mostrada sob diferentes aspectos, de acordo com os percentuais seguintes:

No P.I.B. industrial.....	26,1%
Nos salários pagos.....	23,7%
No pessoal ocupado.....	18,5%
Nos impostos indiretos.....	34,6%

Folha de São Paulo (Negócios), 22.07.1988.

Já em 1979, entre os 403 grandes empresas com mais de 500 operários na Grande São Paulo, 159 eram multinacionais, isto é, quase 32%.

Entre essas grandes indústrias (com mais de 50 trabalhadores), em quase todos os ramos era significativo o número de estabelecimentos onde a parcela de capital internacional ou estrangeiro era superior a 20%. Com um capital não brasileiro superior a 60%, estavam os estabelecimentos dos seguintes gêneros industriais: Fumo (100%), Mecânica (166,6%), Material Elétrico e de Comunicação (64,7%), Química (63,2%), Produtos Farmacêuticos e Veterinários (92,8%), Perfumaria, Sabões e Velas (75,0%), Produtos de Matérias Plásticas (69,2%). Entre 30% e 60%, encontrava-se: Metalurgia (32,4%), Minerais não metálicos (36,8%), Materiais de Transporte (54,2%), Borracha (50%), Produtos Alimentares (31,8%), (Estudo da EEMPLASA).

Essa mundialização dos lugares permite a criação de lugares especializados e de lugares complexos². Os lugares especializados para responder a uma demanda mundializada consagram-se a uma tipologia limitada de atividades exigentes de infraestruturas precisas e também especializadas. Os lugares complexos são, via de regra, as metrópoles e grandes cidades, onde o meio humano permite a floração de uma multiplicidade de atividades localmente complementares e, nos diversos sub-espacos metropolitanos, o meio técnico é diferenciado e adaptado para recebê-las. Lugar compósito e complexo, cada grande cidade inclui, pois, sub-espacos especializados, fundados na ciência e na técnica, concebidos para permitir, de um ponto de vista geo-econômico, a maior eficácia possível a determinado tipo de função.

Entre as grandes cidades, destacam-se pela complexidade maior de suas atividades, as metrópoles globais. Nessa família, cada vez mais numerosas, incluem-se grandes cidades do Terceiro Mundo, as quais, entretanto, ostentam características particulares, devidas à modernização incompleta sua e do respectivo país, segundo condições próprias a cada Estado-Nação. Um dado comum às metrópoles mundiais do Terceiro Mundo vem, entretanto, do fato de que, inseridas em uma divisão internacional do trabalho exigente de fluidez, a divisão territorial do trabalho própria a cada país conhece limitações. As restrições existentes a uma mobilidade dos fatores mais completa tende a reforçar a posição de certas regiões e de certos lugares. No caso brasileiro, a região privilegiada é o Sudeste e os lugares privilegiados são as metrópoles, às quais recentemente também vem se juntar um grande número de cidades médias, graças ao desenvolvimento agrícola e industrial.

2 - A Relevância do Sudeste

O caso brasileiro é distinto daquele da França, descrito por A. Lipietz, em *Region in Crisis*, 1980. p.68 (in Philip Gunn, pp. 40-41), para quem (...) "o desenvolvimento territorialmente desigual do próprio modo de produção capitalista gera regiões centrais baseadas na presença predominante de setores industriais do tipo Departamento I (bens de capital) e regiões periféricas

com indústrias do tipo Departamento II (bens de consumo em articulação com o antigo modo de produção rural)". Essa idéia merece confrontação com a realidade empírica. O caso brasileiro permite também uma discussão em torno da observação de Jean Gottmann: "A riqueza econômica e o poder político nem sempre coincidiram em sua distribuição espacial; na verdade, muitos países viveram um delicado equilíbrio, onde os detentores do mando retiraram o seu apoio essencial das mais pobres secções do território, dando-lhes influência política para restringir o dinamismo frequentemente turbulento das áreas mais ricas e economicamente mais avançadas. Costuma-se dizer da França que ao norte cabia pagar os impostos, enquanto o sul fazia política. Uma fórmula idêntica poderia ser aplicada aos Estados Unidos, durante certo tempo". Jean Gottmann, *The evolution of concept of territory*, pp. 40-41. No Brasil, tanto o desenvolvimento econômico, (incluindo os diversos setores industriais e a agricultura moderna) quanto o poder político se localizam, cumulativamente, na mesma área, o Sudeste, onde se associam, nas grandes e médias cidades, todos os tipos de atividade econômica.

A Região Sudeste, formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, ocupa 10,86% da área do Brasil, onde, em 1980, viviam 43,47% da população nacional. A densidade demográfica (56,31) é quase quatro vezes maior que a brasileira (14,07) naquela data. A população economicamente ativa da região, que em 1983, representava 46,50% da P.E.A brasileira, é responsável por mais de 60% do produto interno bruto do país, enquanto a sua produção no setor secundário alcança 72,2% do total brasileiro. Um estudo recente (Faissol e outros, 1987, pp. 96-97) mostra que apenas quatro áreas, isto é, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Região Metropolitana de São Paulo, a Região de Campinas e a Região de Ribeirão Preto perfazem 61% do valor da transformação industrial, enquanto o que chamam de "complexo industrial brasileiro" representa 77% desse valor. Esta área, que coincide grosseiramente com a Região Sudeste, foi chamada por nós (M. Santos e A.C.T. Ribeiro,

(2) A propósito de lugares especializados ver, dentre outros, o estudo de Pierre Boisgonter: "Une double personnalité: locale et internationale", em *Autrement* nº 14, nov. 1985, número consagrado às técnicas.

1979) de "região concentrada"³, área que é ainda maior do que o "campo aglomerativo" proposto por M. Storper (dez.1987).

A região Sudeste reúne 62% dos pesquisadores, 65% das instituições de ensino e pesquisa, 66% das vagas oferecidas e 59% dos candidatos a ingressar em cursos superiores, 61% dos respectivos alunos e 65% dos formandos, assim como 74% dos programas de pós-graduação e 92% dos programas de doutorado. Essa área absorve 70% das bolsas e auxílios à pesquisa oferecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 80% das bolsas de doutorado no exterior e enfeixa 75% dos programas de cooperação internacional (*Boletim Informativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, no.63 de 08.11.a 14.11.1986).

A região concentrada era responsável, em 1982, pela geração de 68,3% da energia elétrica e, em 1980, por 69,7% do seu consumo. Aí eram feitas 53,4% das ligações telefônicas interurbanas completadas (Fany Davidovich, Abril-Junho 1987) e circulavam quase três quartos da frota nacional de veículos licenciados que utilizavam uma rede rodoviária quase quatro vezes mais densa que a nacional. Já em 1971, para um índice brasileiro de 47,9 km de estradas de rodagem por 1000 km, o Estado de São Paulo mantinha a relação 415,3 km por 1000 km². Em 1983, apenas no que refere às estradas municipais, a densidade quilométrica do Sudeste era de 42,9 enquanto a brasileira era de 13,8.

O Sudeste arrecadava, no primeiro trimestre de 1981, cerca de 63% da receita nacional do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias. Era, também, nessa área, onde se encontravam, em maior percentual, os mais altos salários, que sustentam uma volumosa classe média e um nível de consumo mais elevado do que no resto do país. Aí estavam 79,5% dos domicílios possuidores de geladeiras e 82,9% dos proprietários de automóveis. Também nessa região estava a esmagadora maioria das residências ligadas às redes de água (79,7% e de esgotos (83,7%) (*IBGE Censo Demográfico* 1980)

É na região do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo) que se concentra a maior parte da atividade econômica envolvida com as

relações internacionais do Brasil, a começar pelas empresas multinacionais, de origem brasileira ou estrangeira⁴.

Em 1985, essa região contava com 67,80% das maiores empresas do país. Ali se encontravam, nessa mesma data, 8 dos 13 centros de comutação dos serviços RENTAC de telecomunicação e 5 dos 9 centros de concentração (T. Benakouche, 1988, p.104), enquanto lhe cabiam 64,2% do total dos serviços telefônicos brasileiros (*Anuário do MINICOM*, 1984, pp.64 65). No Sudeste acham-se, também em 1985, 45 das maiores indústrias ligadas à eletrônica. Das 25 maiores empresas no mercado brasileiro de equipamentos para comunicações, 20 também aí estavam presentes (S.B. Magaldi, 1986).

(3) Em seu estudo analítico (inédito) sobre a chamada "core área" do Brasil, M. Santos e Ana Clara Torres Ribeiro recusam as denominações clássicas, como a de polo, já que no Brasil é um fenômeno diferente que se impõe, pois não se trata apenas de lugares polarizadores, mas de uma área contínua, onde as características da modernidade estão presentes e interrelacionadas. Porisso, chamam-na de região concentrada ou área concentrada. Para Michel Storper (dez. 1987) falando de sua própria abordagem do fato, é necessário esclarecer de início que a região central de um país (...) não é apenas uma região metropolitana tal como a Grande São Paulo – mas a aglomeração mais extensa, no exemplo citado, o campo aglomerativo de São Paulo que inclui a maior parte do próprio Estado. "Nosso enfoque é ainda mais compreensivo".

(4) O Terceiro Mundo é também e crescentemente, crescente lugar de origem de empresas multinacionais. Em 1980, a Índia contava com 207 empresas operando no estrangeiro. Das grandes firmas coreanas, muitas estavam implantadas nos Estados Unidos. Eram, também, numerosas as empresas de Taiwan e Hong Kong, cujo raio de operação é multinacional. É o mesmo caso para o Brasil, o México, a Argentina....(Pierre Grou, *L'émergence des géants du Tiers Monde* Publisud, Paris, 1988,p. 126-130).

Dentre as multinacionais brasileiras, é grande a presença na construção e obras públicas, mas também na eletrônica, nas comunicações, na metalurgia, na comercialização de produtos industrializados e na prospecção de petróleo, empresas mundiais operando em todos os continentes. Firms como as seguintes tinham um investimento considerável no estrangeiro, já nos começos dos anos 80:

Petrobrás.....	500 milhões de US\$ (550)
Mendes Junior...	340
Copersucar.....	150
Cotia.....	70

Muitas outras empresas, em maioria, operando com fundos próprios, se incluem nessa lista de multinacionais brasileiras (Odebrecht, Ecisa, Esusa, Gradiente, Caloi, etc), cuja sede é, em grande maioria, no Sudeste, mas sobretudo em São Paulo. S.Lall, *Les multinationales originaires du Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, Paris, 1984,p.279 Citado por Pierre Grou, *L'émergence des Géants du Tiers Monde*, Published, Paris, 1988, p.128

Na área financeira, a supremacia do Sudeste é de fácil verificação. Segundo a publicação *Sistema Financeiro Nacional: dados estatísticos* de 30 de junho de 1986, editada pelo Banco Central do Brasil, essa região dispunha de 85% dos Fundos Mútuos de Ações, 82% dos Fundos Mútuos de Renda Fixa, 89% das Sociedades de Arrendamento Mercantil, 45% das Sociedades de Crédito Imobiliário. Ali se encontravam, então 66% das sedes das sociedades cooperativas, 79% dos bancos de investimentos, 88% das sociedades distribuidoras, 76% das sociedades de crédito, financiamento e investi-

mento, 63% das sociedades corretoras, 100% das sociedades de investimento de capital estrangeiro. As cooperativas de crédito eram, ali, 65,87% do total nacional.

Segundo, ainda, aquele documento do Banco Central do Brasil, a distribuição do capital social das instituições financeiras revela, igualmente, um perfil concentrado, no qual novamente se destaca o Sudeste com, entre outros, os seguintes índices:

ÁREA DE MERCADO DE CAPITAIS

Sociedades de investimento de capital estrangeiro.....	100,00%
Sociedades de arrendamento mercantil.....	97,88%
Sociedades distribuidoras.....	89,59%
Sociedades de crédito financeiro e investimento.....	85,62%
Sociedades corretoras.....	84,92%
Sociedades de crédito imobiliários.....	68,76%

ÁREA BANCÁRIA

Bancos comerciais.....	41,14%
Bancos de desenvolvimento.....	53,30%

A menor concentração dos estabelecimentos da área bancária deve-se ao fato de que o Banco do Brasil, maior banco brasileiro, tem sua sede em Brasília.

Para atribuir essa relevância ao Sudeste, fatores políticos e econômicos se conjugaram, ao longo deste século, beneficiando primeiro o Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, e São Paulo.

A construção e o funcionamento de Brasília alteraram, de algum modo, esse quadro, já que a nova capital do país logo se impõe como um polo de decisões políticas e, mais tarde, também econômicas. Pode-se admitir que o Brasil dispõe hoje, de três importantes centros de comando, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, ainda que este último disponha de um maior poder de controle.

São Paulo é uma grande metrópole industrial do Terceiro Mundo, mas o é, igualmente, à escala mundial "tout court". Edward Soja (1990) lembra que somente São Paulo, Los Angeles e Tokyo são comparáveis quanto à importância e o ritmo de um crescimento industrial sustentado, no corrente após-guerra. Com seus mais de 2 milhões de trabalhadores em fábricas, em 1985, abriga, com aquelas duas outras metrópoles, uma das maiores massas de operários do planeta. Esses trabalhadores representam quase 32% da população ocupada na área metropolitana, número que só de longe é alcançado por outras Regiões Metropolitanas brasileiras (Porto Alegre: 25,6%; Curitiba: 18;0%). Sua produção industrial ultrapassa os 30% do valor da produção nacional brasileira no setor secundário.

3 - O Comando do Setor Financeiro

A tradição financeira da praça do Rio de Janeiro de certo modo ainda se mantém, não apenas quanto à importância do patrimônio líquido dos bancos de de-

envolvimento, como em outras áreas, conforme mostram os dados seguintes, que lhe dão superioridade em relação a São Paulo:

PERCENTUAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NACIONAL DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

	São Paulo	Rio de Janeiro
Bancos de desenvolvimento.....	1,3	86,0
Corretoras de títulos e valores imobiliários.....	39,0	40,4
Distribuidoras de títulos e valores imobiliários.....	27,5	51,6
Total de Bancos.....	6,1	58,2

H. K. Cordeiro, 1987, tabela 3, p. 160.

Deve-se, porém, levar em conta, no exame desses dados, que os bancos de desenvolvimento contavam sozinhos com um patrimônio líquido equivalente a 3.704 bilhões, enquanto o do conjunto dos bancos era de 5.926 bilhões de cruzeiros.

O Brasil conta com 30 entre as 200 maiores firmas e com 7 entre os 50 maiores bancos do Terceiro Mundo. Entre as firmas, 16 eram estatais e 14 particulares. Dentre os bancos apenas 2 (dois) eram governamentais. Das 30 firmas, 12 se encontram em São Paulo onde tinham sede 9 das 14 empresas privadas. Dos sete bancos brasileiros contidos na lista dos 50 maiores, São Paulo conta com 3 entre os cinco privados, os outros dois estando em Belo Horizonte e Curitiba (Pierre Grou, *L'émergence des géants du Tiers Monde*, Publisud, Paris, 1988, pp 22-30) e com um (Banco do Estado de São Paulo) entre dois maiores que são estatais, o outro sendo o Banco do Brasil.

Em 30.06.1986, estavam no Rio de Janeiro, 4 das 5 sociedades corretoras de câmbio no Brasil, a outra estando em São Paulo.

São Paulo, porém, mantém sua prioridade em diversas outras áreas do universo financeiro. Aí se encontravam 502 das 1207 sedes das instituições da área do mercado de capitais, (347 no Rio de Janeiro) 18 dos 38

bancos de investimento (11 no Rio), 61 dos 122 Fundos Mútuos de Ações (37 no Rio).

Dos bancos brasileiros com atividade no estrangeiro, exceção feita ao Banco do Brasil, instituição estatal, a quase totalidade das agências correspondia a instituições de São Paulo, sobretudo o Banco do Estado de São Paulo, o Banco Real e o Banco Itaú.

Os bancos brasileiros com 3 ou mais agências no exterior eram, em 1984, os seguintes:

Banco do Brasil.....	83
Banco do Estado de São Paulo....	21
Banco Banco Itaú.....	6
Banco Nacional.....	5
Banco Mercantil.....	3

Fonte: *Guia Bancário do Brasil*, 1984, citado por H.K. Cordeiro, 1987, tabela 9, p. 178.

Desses bancos o segundo, o terceiro, o quarto e o sexto da lista são sediados em São Paulo.

Dos 19 bancos comerciais estrangeiros presentes no Brasil em meados de 1986, 14 estavam em São Paulo e somente 5 no Rio de Janeiro. Em 1989, a cota desta última cidade continuava a mesma, enquanto São Paulo

já contava com 18, para um total brasileiro de 23 (H. K. Cordeiro, 1990 p. 11).

São Paulo dispunha igualmente da maioria de outras instituições financeiras cujo controle acionário era internacional em 1984, para um total de 41 bancos vinculados, 28 estavam em São Paulo e 13 no Rio de Janeiro. Quanto às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, num total nacional de 13, havia 9 em São Paulo e 4 no Rio. Dois terços das Distribuidoras de Títulos e Valores também estavam em São Paulo. Eram 5 no Rio, para um total brasileiro de 14 (H. K. Cordeiro, março 1988 C.e C.) Já os três bancos de investimento vinculados ao capital internacional preferiam a vizinhança do poderoso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no Rio de Janeiro.

De um modo geral, é, porém, em São Paulo que a atividade financeira ligada ao financiamento corrente das empresas encontra maior expressão, com 2 dos 3 bancos comerciais de capital superior a 1 trilhão de cruzeiros e 15 dos bancos comerciais (de um total de 90) com capital superior a 100 bilhões de cruzeiros em 1984 (Roberto Lobato Correa, jun.1985, quadro 2, p.4). Em 1981, São Paulo contava com cerca de 23% das sedes bancárias do país, porcentagem que passa para 33% em 1985, enquanto o Rio de Janeiro conhece uma diminuição (30% e 9% respectivamente) (Roberto Lobato Correa, "Concentração Bancária e os Centros de gestão do território", Revista Brasileira de Geografia, 51 (2), pp. 17-32, abril-jun. 1989, pp. 21 e 27).

Uma análise dos dados relativos ao patrimônio líquido do sistema bancário brasileiro em 1968 e em 1984, mostra a expansão de São Paulo. Seus percentuais, em relação ao Brasil como um todo, revelam, em diversas áreas, um crescimento expressivo.

	1968	1984
Bancos em geral.....	26,0%	42,0%
Bancos comerciais.....	30,6%	36,2%
Bancos de investimento.....	54,1%	59,7%
Sociedades de crédito e financiamento.	46,7%	51,1%

H.K. Cordeiro, março 1988 (C.e C.)

Brasília, a Capital Federal, também registra avanços no que refere aos bancos comerciais e caixas econômicas, graças à expansão de instituições públicas como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, transferidos do Rio de Janeiro, Capital Federal até 1960. Mas há, também, o reforço da presença de sociedades de crédito imobiliário e de associações de poupança e empréstimos, criadas depois.

	1968	1984
Bancos comerciais.....	23,6%	42,8%
Caixas econômicas.....	-0-	95,2%
Sociedades de crédito imobiliário.....	-0-	31,5%
Associações de poupança e empréstimo.....	-0-	24,1%

Dados retirados de H.K. Cordeiro, março 1988 (C.e C)

O Rio de Janeiro perde, assim, uma parcela considerável de sua importância como centro financeiro, em parte pela transferência da Capital Federal para Brasília, em parte pela irresistível ascensão de São Paulo, graças a sua posição primacial numa economia de mercado que encontra nessa metrópole as condições e os meios para um desenvolvimento espetacular⁵.

Mas o Rio de Janeiro conseguiu guardar a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, principal instituição governamental responsável pelo desenvolvimento industrial, e isso lhe garante 98,8% do patrimônio líquido dos bancos de desenvolvimento em 1968 e ainda 86% em 1984, quando muitos Estados da Federação contam com esse instrumento de fomento às economias regionais.

São Paulo, entretanto, vai ampliando o seu papel de centro financeiro. Somente nos primeiros 6 meses de 1990, quatro instituições financeiras decidiram transfe-

(5) "A concentração hipercefálica dos pontos de controle do sistema bancário tornou-se ainda maior do que a do sistema industrial, confirmando e reforçando a sua maior centralidade dentre os setores de economia. Mas, há "... concentração hipertrófica, praticamente tripolar nas R M S P, R M R J e Brasília, que respondem pelo comando de quase todo o sistema brasileiro", mas a "... hipertrofia de RMSP como centro de controle de sistema bancário e empresário não-financeiro privado nacional e estrangeiro "lhe garante o papel de Hepicentro do sistema capitalista brasileiro". (H.K. Cordeiro, 1987, p.194).

rir sua sede principal do Rio de Janeiro para São Paulo (Citibank, Banco Francês e Brasileiro, Unibanco e Banco Garantia). Entre as grandes empresas industriais, registra-se a mudança para São Paulo da "holding" da multinacional FIAT (*Folha de São Paulo*, 20.09.1990).

4 - Indústria Cultural e Produção Científica

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se conhecida como capital da indústria cultural, enquanto caberia a São Paulo a condição de capital da produção científica, pura e aplicada, graças ao volume de trabalhos de ciência básica e de pesquisa-desenvolvimento produzidos em suas universidades, institutos e laboratórios. Até que ponto essa divisão do trabalho intelectual é ainda válida?

É no Rio de Janeiro que se encontram as sedes das duas principais cadeias nacionais de televisão, a poderosa e multinacional Rede Globo, cujas novelas encontram mercado na América Latina e nos demais continentes, e a Rede Manchete, enquanto as cadeias paulistas pouco ultrapassam a condição de redes regionais, exceção feita à TVS já presente em grande número de Estados. Mas, dos quatro jornais diários verdadeiramente nacionais, dois se encontram no Rio de Janeiro, e dois em São Paulo, um dos quais é o de maior tiragem no país. Fora do eixo Rio-São Paulo, há apenas dois dos 10 maiores jornais, sites em Salvador e Porto Alegre.

É também no Rio de Janeiro que se encontra a maior parte da produção cinematográfica e do respectivo comércio nacional e internacional.

	Brasil	Rio de Janeiro	São Paulo
Produtores de cinema.....	1224	851	73
Exibidores.....	132	81	10
Distribuidores.....	456	321	38
Laboratórios.....	45	30	2
Importadores e exportadores.....	238	181	12

IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1989.

São Paulo, por suas três universidades estaduais, e sobretudo pela Universidade de São Paulo, representa muito mais da metade de toda a pesquisa científica produzida no país, em todos os campos do saber. Seus institutos especializados, que, de longa data se empenham em pesquisa aplicada ao desenvolvimento industrial e agrícola, mais recentemente se voltam para domínios de ponta como as biotecnologias, os novos materiais, a energia nuclear, a informática e a eletrônica, as químicas finas, o material bélico. Essa atividade de investigação tanto se realiza nas Universidades paulistas como em universidades e institutos situados na zona de influência metropolitana, o que lhes permite um intercâmbio eficaz de informações. Com a facilidade de transportes e comunicações, contatos frequentes e contatos face-a-face são possíveis, gerando-se desse modo,

o clima indispensável ao maior rendimento de atividades intelectuais de alto nível.

Era em São Paulo onde se encontravam, em 1985, o maior número de editoras de livros e folhetos. Eram 264, para um total brasileiro de 583, o Rio de Janeiro vindo em segundo lugar com 136, enquanto a terceira colocação cabia ao Paraná, com 52. Quanto ao número de títulos, traduzidos, num total nacional de 1680, era o Rio de Janeiro quem obtinha a primazia com 869 títulos, São Paulo vindo em seguida com 701 e o Rio Grande do Sul com 78. Quando, porém, é contabilizada a procedência dos autores de livros e folhetos publicados em 1985, São Paulo obtém a maioria esmagadora, com 1443 sobre um total de 2488, os lugares seguintes cabendo ao Rio de Janeiro, ao Paraná e a Minas Gerais, com

450, 194 e 117, respectivamente. (IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1989, pp.672,674,675).

Um estudo recente empreendido por três pesquisadores para a FAPESP, mostra, uma vez mais, o papel

de São Paulo na produção científica brasileira, considerando a sua parte no número total de revistas científicas consideradas relevantes.

REVISTAS CONSIDERADAS RELEVANTES

	Nº. absolutos	%
Brasil.....	659	100,00%
Estado São Paulo.....	318	48,26%
Estado do Rio.....	176	26,70%
Brasília, D.F.....	35	5,31%
Estado de Minas Gerais.....	28	4,25%
Outros.....	102	15,48%

Rosaly Favero Krzyzanowski, Eduardo Moacir Krieger, Francisco A. Moura Duarte, *Programa de Apoio às Revistas Científicas pela FAPESP* (estudo preliminar), FAPESP, São Paulo, 1988.

O detalhamento desses números é ainda mais revelador. Distinguidas essas revistas consideradas relevantes em três grupos (prioritárias, importantes e de importância relativa) São Paulo contava com pouco

mais de 4% daquelas de importância relativa e pouco mais de 45% dos títulos importantes. Sua presença, entretanto, era muito mais significativa entre as revistas prioritárias, com quase 60% do total.

REVISTAS CONSIDERADAS RELEVANTES, SEGUNDO GRUPOS

	Brasil	São Paulo
Total.....	659	318
Prioritárias.....	167	96
Importantes.....	241	116
De importância relativa.....	251	106

O papel da propaganda na sociedade contemporânea e o seu peso em todos os aspectos da vida nacional brasileira induz a uma rediscussão do papel do Rio de Janeiro como capital cultural do país. É fato que a antiga capital da República mantém seu peso no funcionamento da indústria cultural. Esta, porém, é, cada vez mais, o suporte da publicidade, cuja metrópole, entretanto, é São Paulo. Pode-se, em consequência, a partir de sua força econômica e das relações crescentemente íntimas entre a economia e a cultura, admitir que São

Paulo se esteja tornando, igualmente, metrópole cultural?

5 - O Setor da Publicidade

A relação entre a propaganda e os fenômenos de internacionalização é, já, bem conhecida. Conforme assinalam Breton e S. Proulx (1989, p 107), a publicidade se tornou "um mecanismo indispensável ao funciona-

mento de nossas sociedades capitalistas de mercado". A publicidade ilustra bem a idéia de polo mundial: São Paulo é centro difusor de interesses publicitários de inúmeras marcas e firmas internacionais⁶. O Seu papel de "relais" de outras metrópoles é assegurado pelo fato de que a publicidade deve ter um sabor local para ser digerida e as mensagens de natureza global exigem um tratamento específico, condizente com a sociedade receptora. Esse papel de elaboração publicitária reúne, mais uma vez, em São Paulo, o caráter nacional e o internacional de sua função metropolitana.

Num país onde a noção de consumo é tão presente no espírito das pessoas, não é paradoxal que em um período de crise os gastos com publicidade aumentem, enquanto a confiabilidade na propaganda diminui. Segundo a agência Gallup, (citada pela *Folha de São Paulo* de 31.12.1989), essa confiabilidade cai de 26,9% para 18,4% entre 1984 e 1989 (mais do que para a televisão: de 38,1% para 32,2% no mesmo período). Todavia, o investimento em publicidade não pára de crescer, atingindo quase 2,2 bilhões de dólares em 1989 (*Folha de São Paulo*, 19.04.90) enquanto, no começo dos anos 80, apenas beirava um bilhão de dólares (em 1984: 940 milhões) (Paulo C. Milone, 1987, p. 72).

A força da propaganda a partir das grandes cidades brasileiras já tem sido objeto de vários estudos e ainda recentemente, a propósito do Rio de Janeiro, um importante trabalho de interpretação e síntese foi consagrado ao tema, com o estudo de Ana Clara Torres Ribeiro, intitulada *Rio -Metrópole: a produção social da Imagem Urbana*, tese doutoral sustentada na Universidade de São Paulo, em 1988.

Os dados recolhidos e elaborados para essa tese são, igualmente, importantes para descrever e analisar a situação de São Paulo. Em 1986, havia, no Brasil, 890 agências de propaganda, distribuídas em 22 Estados. Das 702 que prestaram informações acerca do seu tamanho, 398 se encontravam em São Paulo (eram 98 no Rio, 47 no Rio Grande do Sul, 24 em Minas Gerais, 23 no Paraná e menos nos demais Estados). Havia, em todo o país, 11 agências com mais de 250 pessoas empregadas; destas 9 estavam em São Paulo, 1 no Rio e 1 no Paraná. Entre aquelas que dispunham de 151 a 250

empregados, havia 3 em São Paulo, 1 no Rio de Janeiro, 1 no Rio Grande do Sul. Contando entre 101 e 150 empregados, eram 7 em São Paulo, 5 no Rio e 1 na Bahia.

Em 1985, São Paulo e Rio reuniam, juntas, 64,19% do número total de agências brasileiras de propaganda. No entanto, a receita por elas obtida era proporcionalmente maior, somando 86,87% do total. Em 1977, São Paulo e Rio concentravam 73% das verbas de publicidade, segundo *VEJA* (26.04.78), o que revela um processo de concentração geográfica da receita, ao mesmo tempo em que havia dispersão geográfica da atividade. Em 1980, 32,39% das agências de propaganda estavam fora do eixo São Paulo - Rio, enquanto em 1985 eram 36,81%.

As duas grandes metrópoles realizavam, em 1985, a maior parte da atividade publicitária do país, mas é São Paulo que, nesse particular, detem a maior força. Contando-se, apenas, as agências paulistas, estas eram 49,36% do total em 1985, enquanto sua receita ascendia a 66,91% do respectivo total. Em 1980, a receita média obtida pelas agências do Rio de Janeiro era mais alta que a das agências paulistanas, mas em 1985 é o inverso que se dá. O processo de concentração da força publicitária em São Paulo, tem relação de causa e efeito com da maior expressão de uma atividade econômica dependente da propaganda, o que também leva a um tamanho maior das respectivas agências.

6 - As Comunicações

Ao mesmo tempo em que se pergunta "si as redes tele-informáticas, juntas a outras como a telecópia rápida (fax), a teleconferência ou o correio eletrônico, não vão permitir a instalação de firmas < < organicamente > > mundiais, Henry Bakis (*Géopolitique de l'Information*, Presses Universitaires de France, Paris, 1987, p. 68) põe em evidência a presente correlação entre a existência de redes de comunicação planetárias, a possibilidade dos fluxos de informação e a presença e

(6) Em relação com os suportes nacionais da propaganda internacional e do marketing correlato, consultar, dentre outros, A.Ollivier, A.Dayjan e R. Ourset, *Le Marketing International*, Presses Universitaires de France, Paris, 1990, sobretudo o Cap. 5.

funcionamento das grandes firmas com vocação internacional. (p. 67)

São os lugares com alta densidade informacional que estão votados a ser os pontos de realização dessa economia mundial renovada, característica da época contemporânea.

A mundialização é, pois, acompanhada por um enorme desenvolvimento das atividades ligadas à comunicação, entre países e dentro de cada país. O número de chamadas completadas no tráfego telefônico internacional do Brasil passa de 12.519.184 em 1986, para 20.066.438 em 1988. A correspondência postada (em geral) em 1985 envolvia 2865 milhões de objetos, enquanto em 1988 esse número chega a 3.146 milhões. O mesmo fenômeno se dá quanto aos telegramas, cujos totais, nesses dois anos, foram, respectivamente 21.264.150 e 27.177.946. Já o telex internacional cuja ascensão vinha sendo grande até recentemente (5,81 milhões de minutos tarifados em 1974; 10,98 milhões em 1978; 16,16 milhões em 1983) conhece um certo declínio nos últimos anos, baixando a quantidade de minutos tarifados de 20.017.348 para 18.298.044.

Esse fato estará ligado ao desenvolvimento, relativamente recente, do uso de formas mais eficazes e expeditas de comunicação, como o uso do fax (fac-simile) cuja difusão no país vem sendo rápida.

As atividades terciárias em conjunto são o grande usuário do sistema de telex, com 65,9% do total, mas a indústria é individualmente responsável pela maior quantidade de terminais ativados, com 29,3%, enquanto à agropecuária cabem apenas 0,65% do total e na rubrica "outros" se inscrevem 4,2% do total. Dentro do terciário, assim se distribuem os sub-totais: serviços, 23,7%; setor financeiro, 15,6%; comércio, 21,7%; governo, 4,9% (H.K. Cordeiro, 1990, p. 26-27).

O Estado de São Paulo é, sozinho, responsável por quase metade dos terminais de telex (49,4%), cabendo 12,4% ao Rio de Janeiro e 11,5% ao Paraná. (Sérgio Gertel, o computador no Território Brasileiro, comunicação ao colóquio de Geografia Brasil- Argentina-Uruguay, Universidade de São Paulo, set. 1988).

Os resultados por região ou localidade confirmam a expectativa. Os lugares onde a atividade social – e sobretudo a atividade econômica – tem maior dinamismo internacional, nacional, regional, são também os maiores centros de emissão e recepção de mensagens.

Em 1987, segundo dados do Ministério das Comunicações, São Paulo era a cidade onde se fazia o maior número de ligações telefônicas para o exterior. Eram 6,4 milhões, enquanto cabiam ao Rio de Janeiro 4,0 milhões. Longe vinham cidades como Porto Alegre (500 mil), Brasília (300 mil), Belo Horizonte (300 mil), (Folha de São Paulo, 28.01.89). Apesar da crise atual de investimentos no setor de telecomunicações, o número de instalações telefônicas não para de crescer em São Paulo. Havia 209 aparelhos por mil habitantes em 1984 e são 224 por mil em 1987 (Folha de São Paulo, 02.05.89) Considerando-se o Estado de São Paulo, havia 3,2 milhões de telefones em 1982, 4 milhões em 1985 e 4,4 milhões em 1987 (Fonte: Telesp, Folha de São Paulo, 10.08.88). A comparar todos esses números com a progressão registrada no Rio de Janeiro:

1983.....	987 mil
1985.....	1080 mil
1987.....	1142 mil

O número de telegramas tarifados no país passa de 18,2 milhões em 1984 para 29,7 milhões em 1987, aumentando em cerca de 63,18%. Em São Paulo, no mesmo período, a progressão é de 4,7 milhões para 8,6 milhões, com um ganho de 82,97%. Em outras palavras, São Paulo representava, em 1984, uma fatia igual a 25,82% do total das mensagens telegráficas expedidas no país, ficando em 1987 com um percentual ainda maior: 28,95%.

O número médio de chamadas interurbanas diárias em São Paulo praticamente dobrou em 5 anos. Eram 1,23 milhões em 1984 e são 2,27 milhões diárias em 1988.

DADOS ESCOLHIDOS DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES

	São Paulo	Rio de Janeiro
Correspondência postada (1988)	53,61%	15,99%
Mensagens telegráficas (1988)	28,74%	17,21%
Minutos taxados no tráfego de telex internacional (1988)	37,63%	27,82%
Chamadas completas no tráfego telefônico internacional (1988) (só as cidades de São Paulo e do Rio)	43,02%	24,23%
Tráfego Telegráfico internacional (1977)	26,60%	12,50%

S. Gertel, 1988 e *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, Rio de Janeiro, 1989.

7 - O Intercâmbio de Pessoas

As exigências de articulação e troca de informações que caracterizam a atividade humana no Sudeste criam enormes necessidades de intercâmbio, incluindo relações face-a-face, entre atores de cena social e econômica das principais cidades da área e também com Brasília. Linhas de ônibus são muito numerosas em toda essa "região concentrada" e o tráfego de automóveis particulares é o maior em todo o país. O tráfego aéreo intenso permite a criação das chamadas pontes aéreas, entre São Paulo e Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, Belo Horizonte e Brasília. Dessas a mais antiga e importante é a que liga Rio de Janeiro e São Paulo.

A ponte aérea São Paulo-Rio de Janeiro transportou, em 1989, 2,14 milhões de passageiros e o seu índice de aproveitamento é, em média, próximo dos 80%. Sua clientela é bem expressiva desse intercâmbio necessário entre as duas metrópoles. São 86% pessoas de sexo masculino e, apenas, 14% do sexo feminino. A maioria esmagadora (75,5%) pertence à chamada classe A, isto é o estrato mais alto da escala socio-econômica. São 23% da classe B e 1,5% da classe C, enquanto, como já era de supor, pessoas das camadas menos favorecidas, as classes D e E, não comparecem nas listagens. Os passageiros são sobretudo empresários (30,5%), executivos (28,5%) e profissionais liberais (32,5%), restando 9% para outras atividades. Entre as motivações de viagem, os negócios (negócios/serviços) preenchem a grande maioria das razões apontadas (75,2%), ficando 14,1% para o turismo individual ou familiar e 2,2% para o turismo em grupos. Os "outros" motivos são responsáveis por 8,5% das viagens.

Dentre os que se utilizam da parte aérea São Paulo-Rio, 22,7% o fazem pelo menos 4 vezes ao mês. Apenas 27,2% pagavam suas próprias passagens, a grande maioria tendo sua viagem financiada pelas empresas (55,9%) e por órgãos públicos (15,0%) (Beatriz H. G. Lage, 1982)

São Paulo é responsável pela emissão de 49,70% (praticamente a metade) das passagens de avião vendidas no Brasil (Folha de São Paulo, 17.05.1986). Das 702 agências de viagem presentes no país em 1986, somente 59 contavam com mais de 60 funcionários e, destas, 28 estavam em São Paulo. Aí também se encontravam 9 das 11 agências com mais de 250 funcionários (Ana Clara Torres Ribeiro, 1988, vol.1, tabela XIV, pag.214) Fonte: Anuário Estatístico de Propaganda, 1986. O número de passageiros em vôos internacionais quase dobra entre 1980 e 1988, passando de 788.133 para 1.299.005 (incluindo o aeroporto de Viracopos). O volume de carga internacional transportada através do aeroporto de Guarulhos é multiplicado por 3 entre 1985 e 1988.

Alguns aspectos da atividade hoteleira presente em São Paulo confirmam a vocação internacional dessa cidade. Um estudo, conduzido em 1989 por Claudia Maria Braga Ribeiro, mostra, para os hotéis de 5 estrelas, uma série de dados reveladores. (*Especificidade da Rede de Hotéis 5 Estrelas em São Paulo* Departamento de Geografia Universidade de São Paulo, 1989). Quatro hotéis foram investigados. Neles foi constatado que a maioria dos hóspedes estrangeiros provinha dos Estados Unidos, seguidos da Argentina, Japão, Alemanha e Coreia do Sul. Quanto aos hóspedes brasileiros, o primeiro lugar quanto à origem era o Rio de Janeiro, exce-

to em apenas um dos hotéis, onde esse lugar cabia ao próprio interior do Estado de São Paulo, cuja economia conhece um grande dinamismo. O fato, porém, é que a presença de estrangeiros nesses hotéis de luxo é um fato marcante. Nos três hotéis que responderam a essa questão, os estrangeiros representavam 75%, 50% e 40% da clientela.

A atividade de negócios, tanto para estrangeiros como para brasileiros, é a primeira em ordem, vindo em segundo lugar, de forma bem característica, os congressos científicos e somente depois o turismo e as compras. Quanto à profissão dos hóspedes, os engenheiros e os executivos rivalizam nos primeiros lugares, entre nacionais e estrangeiros, seguidos de administradores de empresas, economistas, médicos, vendedores e compradores. As pessoas desacompanhadas representam o maior contingente e aos grupos cabia o segundo lugar em três desses quatro hotéis 5 estrelas, onde era posto à disposição da clientela um equipamento eletrônico e informático, tradutores e um atendimento pelo menos bilingue.

8 - São Paulo, Metrópole Informacional

A nova divisão do trabalho territorial atinge, também, a própria *região concentrada*, nela privilegiando não só a cidade de São Paulo, mas a respectiva Região Metropolitana e seu entorno. A acumulação de atividades intelectuais ligadas à nova modernidade assegura a essa área a possibilidade de criação de numerosas atividades produtivas de ponta, ambos esses fatos garantindo-lhe preeminência em relação às demais sub-áreas e lhe atribuindo, por isso mesmo, novas condições de polarização. Atividades modernas presentes em diversos pontos do país necessitam de se apoiar em São Paulo para um número crescente de tarefas essenciais. São Paulo fica presente em todo o território brasileiro, graças a esses novos nexos, geradores de fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo.

Se muitas variáveis modernas se difundem amplamente sobre o território, uma parte considerável de sua

operação depende de outras variáveis geograficamente concentradas. Dispersão e concentração dão-se, uma vez mais, de modo dialético, isto é de modo complementar e contraditório. É desse modo que São Paulo se impõe como uma metrópole onipresente e por isso mesmo, e ao mesmo tempo, como uma metrópole irrecusável para todo o território brasileiro.

Ainda que o peso da atividade industrial seja muito expressivo na aglomeração paulistana, se a compararmos com o resto do país, não é essa função metropolitana que atualmente assegura a São Paulo um papel diretor na dinâmica espacial brasileira. Esse papel é devido às suas atividades quaternárias de criação e de controle, praticamente sem competidor no país, pois agora são os fluxos de informação que hierarquizam o sistema urbano. O papel de comando é devido a essas formas superiores de produção não material, elas próprias sendo uma consequência da integração crescente do país às novas condições da vida internacional. O *locus* dessas atividades privilegiadas, tão diferentes da produção industrial, tem, todavia, muito a ver com o fato de que essa mesma aglomeração paulistana era, e continua sendo, um centro importante de uma atividade fabril complexa.

Sem deixar de ser a metrópole industrial do país, apesar do movimento de desconcentração da produção recentemente verificado, São Paulo torna-se, também, a metrópole dos serviços, metrópole terciária, ou, ainda melhor, quaternária, o grande centro de decisões, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens.

É, aliás, pelo fato de haver conquistado a posição de capital industrial que São Paulo foi capaz de se tornar uma metrópole informacional, acumulando, em períodos consecutivos, um papel metropolitano crescente.

Esse fato teve uma sensível repercussão sobre o emprego. Se comparada à ocupação total, a parcela do emprego correspondente às atividades técnicas, científicas, artísticas e afins na Região Metropolitana de São Paulo, aumenta significativamente.

EMPREGO EM ATIVIDADES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E AFINS TOTAL DO EMPREGO

1971	204.893	3.332.679
1976	408.144	4.380.045
1981	460.467	5.362.593
1986	580.548	6.459.124

Fontes: PNAD, Regiões Metropolitanas (RJ e SP), 1971; PNAD, Área Metropolitana de São Paulo, 1976, PNAD, Regiões Metropolitanas, 1981 e 1985.

Enquanto o emprego total cresce 93,81% entre 1971 e 1985, o relativo às atividades acima enumeradas aumenta em 183,34%, mostrando uma adaptação à modernidade e ao novo papel de comando metropolitano preenchido pela metrópole paulistana. Somente a título de exemplo, lembramos que uma metrópole como Curitiba reúne, nessas mesmas atividades, 61.962 empregos em 1981 e 65.001 em 1985.

Estamos, agora, diante do fenômeno da "metrópole transacional" (H.K. Cordeiro, 1987). Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial. O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença, pois, conforme já vimos em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase à outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas pré-condições para mudar qualitativamente. A metrópole transacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril.

O novo fenômeno de metrópole dominante está relacionado à expansão, dentro das firmas produtivas, ou como estabelecimentos juridicamente independentes, de um setor de serviços. Havíamos, já, (1979) chamado a atenção para essa tendência (M. Santos, *Espaço e Sociedade*, 1979) e, num estudo empírico (1990), mostramos a importância maior do chamado terciário in-

dustrial em São Paulo em relação ao Rio de Janeiro. Com a utilização de estatísticas correntes, vimos que a média dos salários pagos a esse terciário colado ao setor industrial era significativamente mais alta na metrópole paulistana do que na metrópole fluminense. Este último dado parece revelar uma maior especialização das tarefas e uma maior qualificação dos respectivos agentes em São Paulo. Isto se dá através da transição progressiva "de um economia de bens a uma economia de funções", fenômeno assinalado por Barcet, Bonamy e Mayere (1984), onde os ramos que se desenvolvem e se autonomizam são, dentre outros, a pesquisa, os seguros, o financiamento, as diversas formas de "engeneering", a publicidade, os transportes (A. Bailly, 1987, p. 6).

Essas atividades são frequentemente interdependentes, na medida em que exigem fluxos de informação especializados. Trata-se, pois, de funções entre as quais muitas se caracterizam pela imaterialidade dos seus respectivos produtos ou das condições de sua realização. A noção de economia externa ganha, desse modo, uma nova dimensão. Os "clusters" isto é, os agrupamentos de atividades interdependentes são, também, de uma nova natureza, onde o trabalho intelectual e as relações interpessoais ganham relêvo. Assim, enquanto as atividades de produção material tendem a se dispersar, esses novos terciários tendem a ser geograficamente concentrados.

Num país como o Brasil, boa parte da produção que se desconcentra tem relações de interdependência com atividades presentes nas áreas centrais, das quais dependem para a obtenção de insumos, serviços, informações. O grau de interrelacionamento local de tais atividades desconcentradas é pequeno e em certos casos nenhum. Desse modo, o recurso ao *centro* se impõe.

As necessidades de concentração geográfica desses "novos serviços", elemento dinâmico do processo de cooperação neste novo período, tende, porém, a ser maior que as exigências de concentração industrial, no período anterior. De um lado, a demanda respectiva é maior nas áreas centrais. Trata-se de uma demanda sujeita a importantes oscilações, maiores ainda na periferia do sistema territorial, o que implica na dificuldade de instalação dos "serviços novos" fora das áreas polares. Mesmo dentro destas, a tendência é à concentração em uma sub-área, privilegiada pela presença numerosa de atividades modernas, ou que tendem a se modernizar. O fato, já mencionado, de que a rentabilidade dessas atividades pressupõe a proximidade geográfica dos respectivos atores, acaba por dar preeminência, nesse particular, a uma só metrópole, no caso São Paulo.

São Paulo conhece, na verdade, a sua terceira vaga de mundialização. A primeira, baseada no comércio, é aquela com a qual a cidade passa do século XIX para o século XX. A segunda é fundada na produção industrial e dura até os anos 60, enquanto a fase atual, baseada nas anteriores, é a da metrópole global, cujas atividades hegemônicas se utilizam da informação como base principal do seu domínio.

9 - São Paulo e a Nova Divisão Metropolitana ao Trabalho

Em todos os casos, mas principalmente, no Terceiro Mundo, é praticamente impossível separar as dimensões nacional e internacional do fato metropolitano. O processo de desenvolvimento econômico do país é inseparável do próprio processo de crescimento, diversificação e afirmação da economia urbana. O fenômeno de mundialização de São Paulo é, também, o da conquista de um mercado nacional brasileiro.

O último meio século marca um enorme esforço nacional de equipamento do território e desenvolvimento econômico cujas etapas beneficiam, todas, a metrópole paulistana, onde, cumulativamente, vêm se instalar os fatores de crescimento. São Paulo, aliás, entre as grandes metrópoles do Terceiro Mundo, conta com uma notável especificidade que acreditamos ser uma

das mais fortes motivações de sua fortuna. Entre as grandes cidades do mundo subdesenvolvido é a única (que é) contígua a uma zona de produção agrícola comercial que, durante mais de um século, não parou de se adaptar à demanda do mercado (internacional e nacional), por meio de um processo contínuo de modernização que lhe permitiu adaptar-se, em cada momento histórico, às inovações produtivas, que se conheciam no mundo, incluindo os transportes, as comunicações e o consumo. O esforço de integração do território e do mercado, que se realiza em bases nacionais, acaba por beneficiá-la. Como a própria cidade também se adaptava, material e funcionalmente, ao longo deste século, às novas modernidades, o que podemos chamar de *produtividade espacial* atinge, cada vez, um índice elevado, indutor do processo de terciarização que acompanha o incansável desenvolvimento industrial. (Milton Santos, 1990)

As funções políticas ao nível regional também ajudam a explicar o sucesso da cidade de São Paulo. São Paulo é, certamente, o único Estado brasileiro com os meios e a força bastante para organizar a totalidade do seu território (e, mesmo, interferir na organização dos estados vizinhos). Sua capital é, assim, a única com verdadeira *força regional*, da qual se vem servindo, ao longo do século, como instrumento de ampliação de sua própria força urbana.

No Rio de Janeiro, há a herança da modernidade anterior, quando o sistema urbano era comandado por fluxos de ordens políticas e fluxos de matéria. Em Brasília aparecem os elementos de comando correspondentes à atualidade do presente, mas a base política é relativamente incompleta. São Paulo é a metrópole informacional do mercado, cujo domínio quaternário se baseia na força industrial adquirida desde o período anterior.

Há, na verdade, uma nova divisão do trabalho metropolitana, que não mais interessa exclusivamente ao Sudeste, pois Brasília se junta a São Paulo e ao Rio de Janeiro no preenchimento de funções diretoras à escala nacional. O Rio de Janeiro é o grande perdedor, na medida em que, progressivamente, o abandonam as tarefas de centro de decisões políticas, em favor de Brasília e as de centro de atividades e decisões econô-

micas, em favor de São Paulo⁷. Na realidade, São Paulo também se vai revelando como polo de iniciativas políticas, graças ao peso dos seus grandes sindicatos patronais e operários, enquanto Brasília adquire peso econômico, com a instalação de bancos e outras empresas. Nesse particular, Brasília repete, à sua maneira, o fenômeno atualmente vivido por muitas antigas e recentes metrópoles regionais brasileiras que viram associar-se às suas antigas funções atividades cuja escala de interesse é nacional (Maria A. Brandão, 1979).

Instância econômica e instância política são, ao mesmo tempo, fator de regulação e de comando da economia, da sociedade e do território e isso explica o conteúdo dessa divisão do trabalho. Onde é a pura política que decide, a proeminência de Brasília é praticamente incontestável. Onde, todavia, o fator de controle é a pura economia, a primazia hierárquica cabe, na maioria dos casos, a São Paulo. O que resta ao Rio de Janeiro, em ambos os casos, é residual. No Rio de Janeiro está o maior contingente de funcionários públicos presente em uma cidade brasileira, maior que o de Brasília. Eram 300 mil funcionários em 1985 no Grande Rio, enquanto na Grande São Paulo havia 232 mil (PNAD 1985). Em outras palavras, há uma regulação do território extra-mercado, sob o comando de Brasília e uma regulação do território via-mercado, conduzida por São Paulo. Esses dois comandos são concorrentes e complementares e o próprio território testemunha essa condição dialética. O caso do Rio de Janeiro é exemplar: uma cidade que vê diminuída sua performance econômica e reduzido seu dinamismo geográfico, merce da perda não só de sua força nacional, como de sua força regional. Outro exemplo, embora de escala diferente, é o de São José dos Campos, a cerca de 90 quilômetros de São Paulo, uma cidade onde há numerosas indústrias e que se vem notabilizando, nos últimos decênios, por uma especialização: a indústria aeronáutica e de mísseis e as atividades espaciais (Wanderley M. da Costa, 1982). Nesse particular, São José dos Campos mantém com São Paulo múltiplas relações interindustriais e interintelectuais, enquanto é de Brasília que recebe o essencial das ordens.

O mercado busca impôr a sua lei sobre a totalidade do território, seja em cooperação seja em contradi-

ção com as outras forças sociais. De um modo geral, é o mercado que acaba por se impor à escala superior, enquanto as demais instâncias podem se afirmar nos interstícios, a escala regional e local. Somente o Estado Nacional tem os meios de influenciar comportamentos à escala do país como um todo, mas o fato de que esse Estado consagre a economia de mercado como regra de vida, constitucionalmente garante ao mercado um papel privilegiado e reduz a possível contradição entre o público e o mercantil a dimensões menores. São essas as condições e os limites, da presença metropolitana de São Paulo. O fato, aliás de que São Paulo se haja tornado uma metrópole internacional, ampliando, desse modo, a escala de suas operações, fortalece a sua posição diante das outras metrópoles brasileiras. Sua força tenderá a aumentar na medida em que uma concepção neo-liberal de Estado amplie sua presença, na vida nacional.

10 - Mundialidade de Modernidade Perversa

A cidade se mundializa, mas o resultado desse processo não é apenas a adoção de inovações características de cada período histórico. A evolução urbana amalgama uma série de dados combinados, cujas causas são tanto nacionais quanto internacionais, em proporções diversas segundo os setores e os momentos.

O processo de mundialização, no que toca aos lugares, obedece às leis conjugadas da divisão internacional do trabalho e da divisão interna do trabalho. É assim que se estabelece uma divisão territorial do trabalho que é tanto internacional como interna a cada país. É, nesse sentido, abusivo falar de cidade internacional. Em todos os sistemas urbanos há componentes e aspectos internacionais que constituem um seu sub-sistema inseparável. O mesmo pode ser dito dos organismos urbanos resultantes, pois estes associam, em uma única lógica, as lógicas individuais particulares dos sub-sistemas internacional, nacional e local, se não também regional.

(7) Entre as 100 maiores empresas brasileiras em 1985, 38 estavam em São Paulo e 29 no Rio de Janeiro, 67 ao todo, das quais 12 eram públicas e 55 privadas. Em São Paulo, estavam 36 empresas particulares e apenas 2 públicas, enquanto no Rio de Janeiro havia 10 empresas públicas e 19 privadas.

A própria paisagem urbana – o espaço construído – testemunha essa associação de influências. A modernização incompleta é, a cada momento histórico, um traço das transformações do espaço que é muito mais sensível nos países sub-desenvolvidos.

Outro dado característico dos países sub-desenvolvidos é o caráter corporativo de sua urbanização e de suas metrópoles. A participação à modernidade contemporânea é exigente, para os países periféricos, de um esforço de equipamento mais extenso e intenso que as modernizações procedentes. Esse esforço reclama uma enorme massa de recursos, utilizados na construção das infraestruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Como somente poucas firmas podem realmente utilizar, à escala nacional, as infraestruturas assim instaladas, a modernização consequente é seletiva, deixando fora dos seus benefícios uma parcela importante da atividade urbana e da população.

Tomemos o exemplo de São Paulo. Em 1969, os maiores estabelecimentos industriais (com mais de 500 empregados) constituíam 4,5% do número total. Eles empregavam 44,7% do conjunto de trabalhadores fabris e eram responsáveis por 52% do valor da produção e 51,5% do valor da transformação. Em 1975, as maiores indústrias eram somente 1,5% do total, mas forneciam um percentual de emprego semelhante ao de 1969 (cerca de 44%), mas já com um valor produzido que se aproximava dos 69%. Isso significa que a produção se concentrou em um número pequeno de estabelecimentos que, por sua vez, tornaram-se maiores e cada vez mais multinacionais. A internacionalização da economia leva a uma concentração financeira e econômica, traduzida pelas alterações das funções urbanas e por modificações brutais da lógica interna da cidade. O fato, aliás, de que o país haja, então, conhecido um crescimento rápido, faz com que a instalação, em sucessão rápida, de grandes firmas, leve a mudanças brutais, e igualmente rápidas, dos papéis dos diversos atores da economia urbana.

Isso se dá, aliás, em todo o Terceiro Mundo, ainda que em graus diferentes. Por isso, as grandes cidades dos países subdesenvolvidos são cidades críticas. É o

caso de São Paulo, (mas, também, do Rio de Janeiro e das outras cidades metropolitanas) onde se concentram as variáveis mais modernas e as firmas mais importantes e onde, também, a crise se manifesta mais claramente, inclusive no próprio espaço urbano, chamado a atender aos reclamos novos e prementes de grandes firmas com peso ainda maior na economia urbana. As necessidades de espaço mudaram, tanto em função dos requisitos da produção como dos da circulação, mais exigente de rapidez. Por isso, a cada dia que passa, mais o espaço tem que ser preparado de maneira particular para cada tipo de produção. A cidade, tal qual ela era, deixa de ser o lugar adequado para a produção moderna, sendo necessário acrescentar outras áreas, técnica e cientificamente construídas para responder, deliberadamente, a esses reclamos precisos. Isso se dá ao mesmo tempo em que novas vias de circulação têm que ser criadas para que a produção possa escoar rapidamente, num mundo em que a economia é cada vez mais uma economia de fluxos.

O que isto significa? Se, a necessidade de modificar a cidade, reconstruindo o espaço urbano, faz-se sentir de forma repetida e a fracos intervalos, o erário público é chamado a ter despesas sempre maiores, toda vez que a cidade se torna inviável para o grande capital. Por conseguinte, há ciclos sucessivos de inviabilização e reabilitação da cidade, aumentando a superfície urbana, útil aos grandes capitais, estendendo a área urbana de forma específica, de maneira a permitir as condições exigidas pelas grandes firmas em matéria de espaço geográfico. O espaço das grandes firmas é um espaço particular, especial, organizado de forma específica, enquanto a cidade tomada como um todo, vai mudando de função. Desse modo, não basta atribuir o aumento do tamanho urbano apenas à lógica dos vazios especulativos, pois também temos de considerar a lógica espacial das grandes firmas.

Valeria, aliás, a pena, rediscutir um conceito de um modo geral, familiar aos economistas e planejadores, isto é, a noção de economias e deseconomias urbanas. Diz-se que a cidade se torna deseconômica quando as condições de realização da chamada economia (lêr: economia moderna) ali já não são as melhores. Por isso faz-se um novo plano urbano ou remenda-se o já existente, de modo a criar novas economias urbanas, de

aglomeração, ou o que seja, de modo a viabilizar, de novo, a produção. Na verdade, esse conceito é uma faca de dois gumes, pois o mesmo espaço construído pode se tornar uma deseconomia para as muito grandes firmas e, ao mesmo tempo, uma economia para as pequenas firmas. É por isso que os pobres e a economia pobre se instalam dentro das cidades, e, às vezes, no seu centro. No caso de São Paulo, atividades consideradas menos nobres se instalam em áreas que foram abandonadas por atividades mais poderosas. O mesmo dado tem significação diferente se nos preocuparmos com a economia moderna ou com a economia dos pobres e das firmas menos poderosas. Mas os pobres não parecem ter sido objeto de preocupação dos economistas espaciais. Enquanto a pobreza tem sido frequentemente estudada por geógrafos, sociólogos, antropólogos, etc. a economia, salvo exceções honrosas, parece poder passar sem esse incômodo, o que reduz a possibilidade de compreender a realidade total, da qual os pobres são parte integrante, em maior número aliás.

Retomando o exemplo de São Paulo, verificamos que a crise urbana também se revela através da necessidade de investimentos maciços sempre maiores para "reabilitar" a cidade, em contraste com a proclamada incapacidade do poder público para efetivar esses investimentos. Não é bastante realçado o fato de que a realização desses investimentos significa a impossibilidade de oferecer à população os serviços sociais que ela espera e precisa. Como a cidade se torna, cada vez

mais, um espaço que se organiza para abrigar as grandes firmas, isso reduz os recursos públicos possíveis de ser destinados à população, agravando a crise social.

Além do mais, a modernização contemporânea libera e repele mão de obra menos qualificada nos espaços que se especializam (com atividade industrial ou agrícola) e encaminha grandes levas de pobres para as grandes cidades, onde se defrontam com enormes problemas para subsistir. As grandes cidades do Terceiro Mundo são repositórios, ao mesmo tempo, dos elementos da modernidade e de uma grande massa de deserdados, gerados, em boa parte, como função dessa mesma modernização que, desse modo, vê acentuado seu caráter perverso.

RESUMO

O atual processo de globalização conduz a uma nova divisão internacional do trabalho e cria lugares mundializados. Destes destacam-se as denominadas metrópoles globais, das quais São Paulo é um bom exemplo no Terceiro Mundo.

Este texto alinha as razões pelas quais a metrópole brasileira pode ser considerada uma cidade mundial, mostrando o seu desempenho nas diversas atividades características da modernidade contemporânea.

O papel da ciência, da tecnologia e da informação, como resposta as novas exigências da produção, é devidamente realçado.

BIBLIOGRAFIA

- BAILLY, Antoine. "Les services et la production: pour un réexamen des secteurs économiques", *L'Espace Géographique*, Tom. XVI, nº 1, 1987, p. 5-13.
- BARIS, Henry. "Géopolitique de l'Information", PUF, Paris, 1987.
- BENAKOUCHE, Tamara. "Nouvelles technologies de communication et dynamique spatiale: le cas du Brésil", *Colloque Communications et Territoire*, Dossier nº 1, jan. 1988, pp. 100-110.
- BOISGONHER, Pierre. "Une double personnalité: locale et internationale", *Autrement* nº 14, nov. 1985.
- CORDEIRO, Helena Kohn. "Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro", *Boletim de Geografia Teórica*, Anos 16-17, nº 31-34, p. 153-196, Rio Claro, 1987.
- CORDEIRO, Helena Kohn. O papel da Região Metropolitana de São Paulo entre os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro", *Ciência e Cultura*, vol. 40 nº 3, p. 238-257, 1988.
- CORDEIRO, Helena Kohn e BOVO, Denise Aparecida. "A modernidade do espaço brasileiro através da rede nacional de telex", *Revista Brasileira de Geografia*, v. 52 nº 1, jan./mar. 1990, p. 107-155.
- DAVIDOVITCH, Fany. "Elementos da Urbanização no Sudeste do Brasil", *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 49, nº 2, abril-junho 1987, p. 139-157.
- FAISSOL, Speridião, MOREIRA, Lana Lima e FERREIRA, Marilourdes Lopes. "O Processo de Urbanização Brasileiro: uma contribuição à formulação de uma política de

- desenvolvimento urbano-regional", *Revista Brasileira de Geografia*, Ano 49, nº 2, abril-junho 1987, p. 57-116.
- GERTEL, Sergio. "O computador no território brasileiro", comunicação ao Colóquio de Geografia Brasil - Argentina - Uruguay, Universidade de São Paulo, set. 1988. (mimeo.)
- GOTTMANN, Jean. "The evolution of the concept of territory", *Social Science Information*, Ano 14, nºs 3/4, p. 29-47.
- AROU, Pierre. *L'émergence des géants du Tiers Monde*, Publisud, Paris, 1988.
- GUNN, Philip. *Notas sobre o rebatimento da crise na metrópole de São Paulo*, EMPLASA, São Paulo, dez. 1985, (mimeo).
- KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero, KRIEGER, Eduardo Moacir e DUARTE, Francisco A. Moura. *Programa de apoio às revistas científicas pela FAPESP (estudo preliminar)*, FAPESP, São Paulo, 1988.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas. "As expectativas da empresa aérea nacional face ao comportamento do usuário e os elementos condicionantes da Propaganda" (Dissertação de Mestrado) ECA/USP, 1982 (outubro).
- LALL, S., *Les multinationales originaires du Tiers Monde*, Presses Universitaires de France, Paris, 1984.
- MAGALDI, Sergio Braz. *Notas preliminares sobre o desenvolvimento do meio técnico no Brasil: expansão capitalista, desenvolvimentismo e setor de telecomunicações*, Departamento de Geografia, USP, 1986.
- OLLIVIER, A, DAYJAN, A. e OURSET, R., *Le Marketing International*, Presses Universitaires de France, 1990.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio Metrópole, Mito e Poder*, Relatório de Pesquisa ao CNPq, vol. 1: A Produção Social da Imagem Urbana, 1987.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio Metrópole: a produção social da imagem urbana*, Teses de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 1988 (mimeo).
- RIBEIRO, Claudia Maria Braga. *Especificidade da rede de hotéis 5 estrelas em São Paulo*, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1989 (mimeo).
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*, Editora Vozes, Petropolis, 1979.
- SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa Fragmentada, o caso de São Paulo*, Edit. Nobel, São Paulo, 1990.
- SANTOS, Milton e RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O conceito de região concentrada*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR e Departamento de Geografia, 1979 (mimeo.)
- SOJA, Edward. *Conversa durante reunião universitária em Valencia, Espanha*, junho 1990.
- STORPER, Michael. *Desenvolvimento econômico e a questão regional: industrialização, polarização e a distribuição da renda*, Universidade de California em Los Angeles, dec. 1987 (mimeo. 30 p.)